

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público



Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público PLANO DE CONTAS

Coordenação Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
STN/CCONF

Última Atualização: 02/02/2012



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Programa do Módulo

Módulo VIII – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

CH: 4 h

Conteúdo:

1. Aspectos gerais do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
2. Sistema contábil
3. Registro contábil
4. Estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
5. Lançamentos típicos
6. Exercícios.

Leitura Básica

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 4ª Edição
Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

ASPECTOS GERAIS DO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO

Motivação de um plano de contas único nacional

Consolidação
das Contas
Públicas

LRF Art. 51: O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público

PADRONIZAÇÃO

Transparência

LRF Art. 48, III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

E onde encontra-se essa padronização?

Instrumento do
Contador



Melhora da
Comunicação



Permitida a reprodução total ou parcial
desta publicação desde que citada a fonte.

Como foi obtida essa padronização?

Grupo Técnico de
Procedimentos
Contábeis

✓ Diretrizes para o PCASP adotadas pelo GT:

- Adoção de estrutura de Plano de Contas padronizada nas três esferas de governo, para fins de consolidação nacional e compatibilização com a elaboração de relatórios e demonstrativos previstos na legislação vigente e nas normas de contabilidade, para, ainda, a contemplar peculiaridades inerentes às empresas estatais dependentes, sendo facultativo para as empresas estatais independentes;
- Flexibilidade para que os entes detalhem em níveis inferiores, a partir do nível de detalhamento definido como mínimo a ser observado, de modo adequado às suas peculiaridades;
- Divulgação da estrutura do PCASP, com prazo para implantação facultativa a partir de 2012 e obrigatória em 2013 para a União, Estados e DF e Municípios, conforme Portaria STN nº 828, de 14/12/2011; e
- Elaboração de Manual do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, descrevendo o elenco das contas e suas funções e demais procedimentos a serem observados.



Permitida a reprodução total ou parcial
desta publicação desde que citada a fonte.



Experiência de Outros Países – Reino Unido

- 1 – Ativo
 - 1.1 – Ativo Fixo Intangível
 - 1.3 – Ativo Fixo Tangível
 - 1.4 – Equipamento de Transporte
 - 1.5 – Ativos de Leasing
 - 1.7 – Investimentos em Ativos Fixos
 - 1.8 – Ativos Correntes (Estoques, Contas a receber, Disponível, etc.)

- 2 – Passivo
 - 2.1 – Contas a Pagar CP
 - 2.4 – Contas a Pagar LP
 - 2.5 – Provisões
 - 2.6 – Pensões
- 3 – Fundos Pertencentes aos Contribuintes (Resultados Acumulados, Reserva de Reavaliação, Reserva de Doações recebidas, Reservas Restritas, Reservas de Transferências)
- 6 – Superávit/Déficit do Exercício

- 5 – Custos Operacionais
 - 5.1 – Custos de Pessoal
 - 5.2 – Custos de Aluguel
 - 5.3 – Custos de Depreciação
 - 5.4 – Outros Gastos
 - 5.5 – Provisões
 - 5.6 – Transferências e Doações
 - 5.7 – Contribuições Previdenciárias

- 4 – Receita
 - 4.1 – Receita Tributária
 - 4.2 – Receita Operacional
 - 4.3 – Receita de Juros e Dividendos
 - 4.4 – Receita de Contribuição e Transferências



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.



Experiência de Outros Países – Austrália

- 1 – Receita
 - 1.1 – Receita Tributária
 - 1.2 – Receita Não Tributária
- 2 – Despesa
 - 2.2 – Despesa de Bens e Serviços
 - 2.3 – Despesa de subsídios, benefícios e transferências
 - 2.4 – Custos de Endividamento e Outras
 - 2.6 – Transferência de Caixa para as agências governamentais
- 3 – Passivo
 - 3.2 – Juros incidentes s/ Passivos
 - 3.3 – Provisões e Contas a Receber
 - 3.4 – Classificação Anual de Passivos (correntes e não correntes)
- 4 – Patrimônio Líquido
 - 4.1 – Resultados Acumulados
 - 4.2 – Reservas

- 5 – Ativo
 - 5.2 – Ativos Financeiros
 - 5.3 – Ativos Não financeiros
 - 5.4 – Classificação Anual de Passivos (correntes e Não Correntes)
- 6 – Aumento/Redução Líquida de Caixa (Fluxo de Caixa Direto)
- 7 – Reconciliação de Fluxo de Caixa (Fluxo de Caixa Indireto)
- 8 – Compromissos
 - 8.1 – Compromissos Líquidos
 - 8.2 – Compromissos Líquidos por Maturidade
- 9 – Demonstrativos e Controle
 - 9000001 – Resultado Operacional
 - 9000002 – Balanço Patrimonial
 - 9000003 – Demonstrativo Fluxo de Caixa
 - 9000004 – Calendário de Compromissos
 - 9000005 – Calendário de Contingências
 - 9000020 – Orçamento de Capital
 -(etc.)



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.



Experiência de Outros Países – Espanha

1 – Financiamento Básico
10 – Capital
11 – Reservas
12 – Resultados Pendentes de Aplicação
13 – Ingressos a Distribuir
14 – Provisões para Riscos e Gastos
15 – Empréstimos e Emissões de Títulos
16 – Dívidas LP com Entidades Associadas
17 – Dívidas LP por Empréstimos Recebidos
18 – Fianças e Depósitos Recebidos LP
19 – Situações Transitórias Financiamento
2 – Imobilizado
20 – Gastos de Instalação
21 – Imobilizações Imateriais
22 – Imobilizações Materiais
23 – Imobilizações em Curso
....(etc.)

3 – Estoques
30 – Comerciais
31 – Matérias Primas
...(etc.)

4 – Credores e Devedores Operacionais
40 – Fornecedores
41 – Credores
43 – Clientes
44 – devedores
....(etc.)
5 – Contas Financeiras
50 – Empréstimos e Outras Emissões CP
51 – Dívidas CP com Entidades
Associadas
52 – Dívidas CP com Empréstimos Recebidos
53 – Participações CP em Entidades
Associadas
..... (etc.)
6 – Compras e Gastos
60 – Compras
61 – Variação de Estoques de Mercadorias
62 – Serviços externos
63 – Tributos
64 – Pessoal
.....(etc.)
7 – Vendas e Ingressos
7.1 – Venda de Bens e Serviços
..... (etc.)



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.



Experiência de Outros Países – Portugal

0 – Contas do controle orçamentário e de ordem

01 – Orçamento do Exercício (Totais)
02 – Dotações
03 – Previsões
04 – Orçamento de Exercícios Futuros
05 – Compromissos de Exercícios Futuros

1 – Disponibilidades
11 – Caixa
12 – Depósitos em Instituições Financeiras
13 – Conta no Tesouro
15 – Títulos Negociáveis
18 – Outras Aplicações de Tesouraria
19 – Provisões para Aplicações de Tesouraria

2 – Terceiros
21 – Clientes
22 – Fornecedores
23 – Empréstimos Obtidos
....(etc.)

3 – Estoques

31 – Compras
32 – Mercadorias
...(etc.)

4 – Imobilizações
41 – Investimentos Financeiros
42 – Imobilizações Corpóreas
....(etc.)

5 – Fundo Patrimonial
51 – Patrimônio
56 – Reservas de Reavaliação
57 – Reservas
59 – Resultados Transitados

6 – Custos e Perdas

7 – Proveitos e Ganhos

8 – Resultados



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.



Experiência de Outros Países – Islândia

2- Despesa

2.1 – Despesas Correntes

2.1.1 – Consumo Final do Governo

2.1.2 – Pagamento de Juros

2.1.3 – Subsídios

2.1.4 – Transferências Correntes

2.2 – Consumo de Capital Fixo

2.3 – Transferências de Capital Pagas

1 – Receita

1.1 – Receita Corrente

1.1.1 – Receita Patrimonial

1.1.2 – Receita Tributária

1.1.3 – Outras Receitas Não Tributárias

1.2 – Transferências de Capital Recebidas



Experiência Internacional – FMI/GFSM

1 Receita

1.1 Tributos

1.2 Contribuições Sociais

1.3 Transferências e Doações

1.4 Outras Receitas

1.4.1 Receita Patrimonial

1.4.2 Receita de Bens e Serviços

1.4.3 Multas e Penalidades

1.4.4 Outras Transferências Voluntárias

1.4.5 Outras Receitas Não Classificadas Anteriormente

2 Despesa

2.1 Pessoal

2.1.1 Remunerações e Salários

2.1.2 Contribuições Sociais

2.2 Uso de Bens e Serviços

2.3 Consumo de Capital Fixo

2.4 Juros

2.5 Subsídios

2.6 Transferências e Doações

2.7 Benefícios Sociais

2.8 Outras Despesas



Conceito e Objetivos de um Plano de Contas

Conceito de um Plano de Contas

É a **estrutura básica** da **escrituração contábil**, formada por um conjunto de contas previamente estabelecido, que **permite obter as informações** necessárias à elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis conforme as características gerais da entidade, possibilitando a padronização de procedimentos contábeis.

Códigos	Nome das contas
1	ATIVO
1.1	ATIVO CIRCULANTE
1.1.1	Caixa
1.1.1.01	Caixa Geral
1.1.2	Bancos C/Movimento
1.1.2.01	Banco A
1.1.3	Contas a Receber
1.1.3.01	Clientes
1.1.3.02	Outras Contas a Receber
1.1.3.09	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
1.1.4	Estoque
1.1.4.01	Mercadorias
1.1.4.02	Produtos Acabados
1.1.4.03	Insumos
1.1.4.04	Outros
1.2	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
1.2.1	Contas a Receber
1.2.1.01	Clientes
1.2.1.02	Outras Contas
1.3	PERMANENTE
1.3.1	INVESTIMENTOS
1.3.1.01	Participação em Cooperativas
1.3.2	IMOBILIZADO
1.3.2.01	Terrenos
1.3.2.02	Construções e Benfeitorias
1.3.2.03	Máquinas e Ferramentas
1.3.2.04	Veículos
1.3.2.05	Móveis
1.3.2.10	(-) Depreciação Acumulada
1.3.2.11	(-) Amortização Acumulada
2	PASSIVO
2.1	CIRCULANTE
2.1.1	IMPOSTOS e Contribuições a Recolher
2.1.1.01	SIMPLES NACIONAL
2.1.1.02	INSS
2.1.1.03	FGTS
2.1.2	Contas a Pagar

Objetivo de um Plano de Contas

O plano de contas de uma entidade tem como **objetivo atender**, de maneira uniforme e sistematizada, o **registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade**. Desta forma, proporciona maior flexibilidade no gerenciamento e consolidação dos dados e alcança as necessidades de informações dos usuários. Sua entrada de informações deve ser flexível de modo a atender os normativos, gerar informações necessárias à elaboração de relatórios e demonstrativos e facilitar a tomada de decisões e a prestação de contas.



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Conceito e Características das Contas Contábeis

Conta contábil :

expressão qualitativa e quantitativa de fatos de **mesma natureza**, evidenciando a composição, variação e estado do patrimônio, bem como de bens, direitos, obrigações e situações nele não compreendidas, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo.



Características:

- **Base para a escrituração contábil;**
- **Permite identificar, classificar e efetuar a escrituração contábil** por meio das partidas dobradas, de modo uniforme e sistematizado;



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS

Quanto aos elementos que registram	Patrimonial
	Resultado
	Compensação
Natureza do saldo	Devedora
	Credora
	Híbrida ou mista
Variação da natureza do saldo	Estável
	Instável
Movimentação que sofrem	Unilateral
	Bilateral
Frequência das movimentações do período	Estática
	Dinâmica
Necessidade de desdobramento	Sintética
	Analítica

Objetivo Geral e Objetivos Específicos do PCASP

Objetivo Geral

- Estabelecer normas de procedimentos para o registro das operações do setor público e permitir a consolidação das contas públicas nacionais.



Objetivos Específicos

- Atender às necessidades de informação das organizações do setor público;
- Observar formato compatível com as legislações vigentes (Lei nº 4.320/1964, Lei 6.404/76, Lei Complementar nº 101/2000, etc.), os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP;
- Adaptar-se, tanto quanto possível, às exigências dos agentes externos, principalmente às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (NICSP).

Características do PCASP



- Adoção de estrutura padronizada nas **três esferas de governo** (União, Estados e Municípios);
- Permitir a visão: **patrimonial, orçamentária e de controle**;
- Contemple os aspectos inerentes às **empresas estatais dependentes**;
- A **estrutura de classificação** da informação patrimonial não necessariamente deve ser igual à classificação orçamentária;
- Flexibilidade** para que os entes detalhem em níveis inferiores;
- Implantação escalonada sendo obrigatório a partir de **2012** para União, Estados e Distrito Federal e **2013** para Municípios;
- Geração de informações** capazes de contemplar as **necessidades** dos usuários da informação contábil.



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Campo de Aplicação do PCASP

- O PCASP deve ser utilizado por **todos os Poderes** de **cada ente da federação**, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como pelas **empresas estatais dependentes**.



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

REGISTRO CONTÁBIL

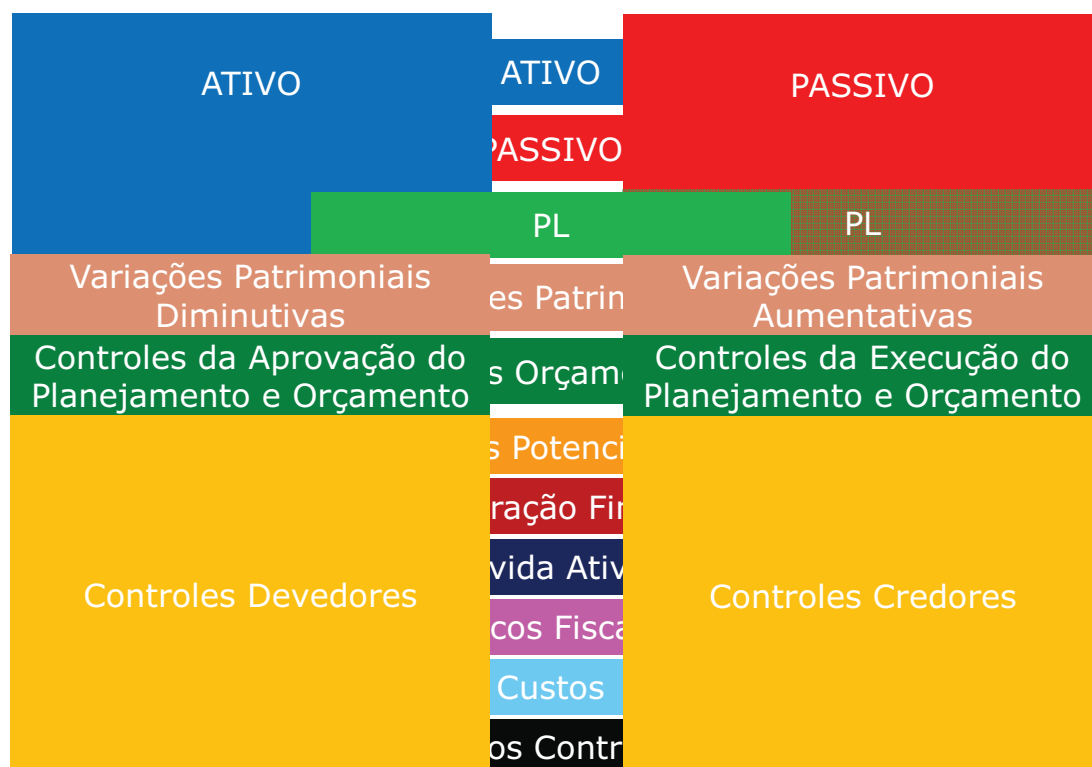
Componentes de um Plano de Contas



Atual Plano de Contas da União



Novo Plano de Contas



Lógica do Registro Contábil

1 – Ativo

- 1.1 – Ativo Circulante
- 1.2 – Ativo Não Circulante

3 – Variação Patrimonial Diminutiva

- 3.1 – Pessoal e Encargos
- 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- ...
- 3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

5 – Contas de Aprovação do Planejamento e Orçamento

- 5.1 – Planejamento Aprovado
- 5.2 – Orçamento Aprovado
- 5.3 – Inscrição de Restos a Pagar

7 – Controles Devedores

- 7.1 – Atos Potenciais
- 7.2 – Administração Financeira
- 7.3 – Dívida Ativa
- 7.4 – Riscos Fiscais
- 7.8 – Custos
- 7.9 – Outros Controles

2 – Passivo

- 2.1 – Passivo Circulante
- 2.2 – Passivo Não Circulante
- 2.3 – Patrimônio Líquido

4 – Variação Patrimonial Aumentativa

- 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 4.2 – Contribuições
- ...
- 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

6 – Contas de Execução do Planejamento e Orçamento

- 6.1 – Execução do Planejamento
- 6.2 – Execução do Orçamento
- 6.3 – Execução de Restos a Pagar

8 – Controles Credores

- 8.1 – Execução dos Atos Potenciais
- 8.2 – Execução da Administração Financeira
- 8.3 – Execução da Dívida Ativa
- 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais
- 8.8 – Apuração de Custos
- 8.9 – Outros Controles

Devedor

Credor



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Lógica do Registro Contábil

1 – Ativo

- 1.1 – Ativo Circulante
- 1.2 – Ativo Não Circulante

Contas Patrimoniais

3 – Variação Patrimonial Diminutiva

- 3.1 – Pessoal e Encargos
- 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- ...
- 3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Contas de Resultado

5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

- 5.1 – Planejamento Aprovado
- 5.2 – Orçamento Aprovado
- 5.3 – Inscrição de Restos a Pagar

Contas Orçamentárias

7 – Controles Devedores

- 7.1 – Atos Potenciais
- 7.2 – Administração Financeira
- 7.3 – Dívida Ativa
- 7.4 – Riscos Fiscais
- 7.8 – Custos
- 7.9 – Outros Controles

Contas de Controle

2 – Passivo

- 2.1 – Passivo Circulante
- 2.2 – Passivo Não Circulante
- 2.3 – Patrimônio Líquido

Composição Patrimonial



4 – Variação Patrimonial Aumentativa

- 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 4.2 – Contribuições
- ...
- 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Resultado Patrimonial



6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

- 6.1 – Execução do Planejamento
- 6.2 – Execução do Orçamento
- 6.3 – Execução de Restos a Pagar

Orçamentária



8 – Controles Credores

- 8.1 – Execução dos Atos Potenciais
- 8.2 – Execução da Administração Financeira
- 8.3 – Execução da Dívida Ativa
- 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais
- 8.8 – Apuração de Custos
- 8.9 – Outros Controles

Atos Potenciais
Controle Custos



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Lógica do Registro Contábil

1 – Ativo

- 1.1 – Ativo Circulante
- 1.2 – Ativo Não Circulante

2 – Passivo

- 2.1 – Passivo Circulante
- 2.2 – Passivo Não Circulante

Contabilidade Patrimonial / Regime de Competência

3 – Variação Patrimonial Diminutiva

- 3.1 – Pessoal e Encargos
- 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- ...
- 3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variação Patrimonial Aumentativa

- 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 4.2 – Contribuições
- ...
- 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

- 5.1 – Planejamento Aprovado
- 5.2 – Orçamento Aprovado
- 5.3 – Inscrição de Restos a Pagar

6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

- 6.1 – Execução do Planejamento
- 6.2 – Execução do Orçamento
- 6.3 – Execução de Restos a Pagar

Contabilidade Orçamentária / Regime Misto

7 – Controles Devedores

- 7.1 – Atos Potenciais
- 7.2 – Administração Financeira
- 7.3 – Dívida Ativa
- 7.4 – Riscos Fiscais
- 7.8 – Custos
- 7.9 – Outros Controles

8 – Controles Credores

- 8.1 – Execução dos Atos Potenciais
- 8.2 – Execução da Administração Financeira
- 8.3 – Execução da Dívida Ativa
- 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais
- 8.8 – Apuração de Custos
- 8.9 – Outros Controles



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Lógica do Registro Contábil

1 – Ativo

- 1.1 – Ativo Circulante
- 1.2 – Ativo Não Circulante

Informações de Natureza Patrimonial

2 – Passivo

- 2.1 – Passivo Circulante
- 2.2 – Passivo Não Circulante
- 2.3 – Patrimônio Líquido



3 – Variação Patrimonial Diminutiva

- 3.1 – Pessoal e Encargos
- 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- ...
- 3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variação Patrimonial Aumentativa

- 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 4.2 – Contribuições
- ...
- 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

- 5.1 – Planejamento Aprovado
- 5.2 – Orçamento Aprovado
- 5.3 – Inscrição de Restos a Pagar

6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

- 6.1 – Execução do Planejamento
- 6.2 – Execução do Orçamento
- 6.3 – Execução de Restos a Pagar



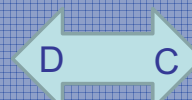
Informações de Natureza Orçamentária

7 – Controles Devedores

- 7.1 – Atos Potenciais
- 7.2 – Administração Financeira
- 7.3 – Dívida Ativa
- 7.4 – Riscos Fiscais
- 7.8 – Custos

8 – Controles Credores

- 8.1 – Execução dos Atos Potenciais
- 8.2 – Execução da Administração Financeira
- 8.3 – Execução da Dívida Ativa
- 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais
- 8.8 – Apuração de Custos
- 8.9 – Outros Controles



Informações de Natureza Típica de Controle



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Natureza da Informação

Patrimonial

**Patrimônio Público e suas Variações
qualitativas e quantitativas**

Orçamentária

Planejamento e execução orçamentária

Controle

**Funções típicas de controle, atos potenciais,
Administração Financeira e informações
adicionais**

Custos

**Apurar e demonstrar os custos dos
serviços públicos prestados**

Compensação

**Atos potenciais, identificar os
compromissos futuros e os riscos
assumidos**

**Administração
Financeira**

**Programação financeira e outros
controles de administração do caixa**



Permitida a reprodução total ou parcial
desta publicação desde que citada a fonte.

Comparação entre modelos – Atual x Novo

Modelo Atual

x

Modelo Novo



**Lançamentos dentro do
mesmo subsistema**



**Lançamentos dentro de
classes de mesma
natureza de informação**



Permitida a reprodução total ou parcial
desta publicação desde que citada a fonte.

Lógica do Registro Contábil

1 – Ativo

- 1.1 – Ativo Circulante
- 1.2 – Ativo Não Circulante

2 – Passivo

- 2.1 – Passivo Circulante
- 2.2 – Passivo Não Circulante
- 2.3 – Patrimônio Líquido

3 – Variação Patrimonial Diminutiva

- 3.1 – Pessoal e Encargos
- 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- ...
- 3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variação Patrimonial Aumentativa

- 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 4.2 – Contribuições
- ...
- 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

- 5.1 – Planejamento
- 5.2 – Orçamento
- 5.3 – Inscrição

Aprovação

Fixação

Inscrição

7 – Controles Devedores

- 7.1 – Atos Potenciais
- 7.2 – Administração Financeira
- 7.3 – Dívida Ativa
- 7.4 – Riscos Fiscais
- 7.8 – Custos
- 7.9 – Outros Controles

Registro
de
contratos

6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

- 6.1 – Execução do Planejamento
- 6.2 – Execução do Orçamento
- 6.3 – Execução de Restos a Pagar

Execução

8 – Controles Credores

- 8.1 – Execução dos Atos Potenciais
- 8.2 – Execução da Administração Financeira
- 8.3 – Execução da Dívida Ativa
- 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais
- 8.8 – Apuração de Custos
- 8.9 – Outros Controles



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Lógica do Registro Contábil

1 – Ativo

- 1.1 – Ativo Circulante
- 1.2 – Ativo Não Circulante

2 – Passivo

- 2.1 – Passivo Circulante
- 2.2 – Passivo Não Circulante
- 2.3 – Patrimônio Líquido

3 – Variação Patrimonial Diminutiva

- 3.1 – Pessoal e Encargos
- 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- ...
- 3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variação Patrimonial Aumentativa

- 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 4.2 – Contribuições
- ...
- 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

- 5.1 – Planejamento Aprovado
- 5.2 – Orçamento Aprovado
- 5.3 – Inscrição de Restos a Pagar

1º LANÇAMENTO – HORIZONTAL



7 – Controles Devedores

- 7.1 – Atos Potenciais
- 7.2 – Administração Financeira
- 7.3 – Dívida Ativa
- 7.4 – Riscos Fiscais
- 7.8 – Custos
- 7.9 – Outros Controles

1º LANÇAMENTO – HORIZONTAL



6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

- 6.1 – Execução do Planejamento
- 6.2 – Execução do Orçamento
- 6.3 – Execução de Restos a Pagar

8 – Controles Credores

- 8.1 – Execução dos Atos Potenciais
- 8.2 – Execução da Administração Financeira
- 8.3 – Execução da Dívida Ativa
- 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais
- 8.8 – Apuração de Custos
- 8.9 – Outros Controles



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Lógica do Registro Contábil

1 – Ativo

- 1.1 – Ativo Circulante
- 1.2 – Ativo Não Circulante

2 – Passivo

- 2.1 – Passivo Circulante
- 2.2 – Passivo Não Circulante
- 2.3 – Patrimônio Líquido

3 – Variação Patrimonial Diminutiva

- 3.1 – Pessoal e Encargos
- 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- ...
- 3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variação Patrimonial Aumentativa

- 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 4.2 – Contribuições
- ...
- 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

- 5.1 – Planejamento Aprovado
- 5.2 – Orçamento Aprovado
- 5.3 – Inscrição de Restos a Pagar

6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

- 6.1 – Execução do Planejamento
- 6.2 – Execução da Administração Financeira
- 6.3 – Execução de Restos a Pagar

DEMAIS LANÇAMENTOS - VERTICAL

7 – Controles Devedores

- 7.1 – Atos Potenciais
- 7.2 – Administração Financeira
- 7.3 – Dívida Ativa
- 7.4 – Riscos Fiscais
- 7.8 – Custos
- 7.9 – Outros Controles

8 – Controles Credores

- 8.1 – Execução dos Atos Potenciais
- 8.2 – Execução da Administração Financeira
- 8.3 – Execução da Dívida Ativa
- 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais
- 8.8 – Apuração de Custos
- 8.9 – Outros Controles

DEMAIS LANÇAMENTOS - VERTICAL



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Definição de Ativo e Passivo Financeiro pela Lei nº 4.320/64

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

Ativo Financeiro

Passivo Financeiro

Passivo Permanente

Ativo Permanente

Saldo Patrimonial

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis **independentemente de autorização** orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação **dependa de autorização legislativa**.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá "as dívidas fundadas e outras" cujo pagamento **independa de autorização orçamentária**.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que **dependam de autorização legislativa** para amortização ou resgate.



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Definição de Ativos e Passivos Financeiros pelo CFC (NBCT 19.33 – Instrumentos Financeiros)

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- (a) caixa;
- (b) título patrimonial de outra entidade;
- (c) direito contratual;
- (d) contrato que será ou poderá vir a ser liquidado em títulos patrimoniais da própria entidade.



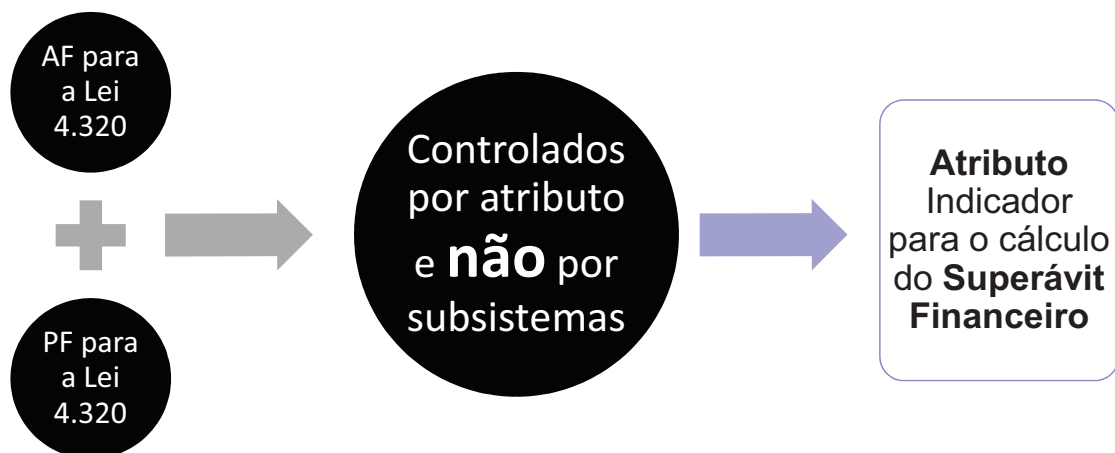
Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- (a) obrigação contratual:
 - (i) de entregar caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade; ou
 - (ii) de trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente desfavoráveis para a entidade; ou
- (b) contrato que será ou poderá ser liquidado com títulos patrimoniais da própria entidade.

Comparação Lei x Ciência Contábil



Conclusão:



Exemplo: conta de luz

Reconhecimento da obrigação previamente ao empenho (falta de crédito)

D 3.3.2 VPD – Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo - Serviços

C 2.1.3 Fornecedores e Contas a pagar de curto prazo (P)

Controle por atributo

Empenho após recebimento de crédito

D 2.1.3 Fornecedores e Contas a pagar de curto prazo (P)

Controle por atributo

C 2.1.3 Fornecedores e Contas a pagar de curto prazo (F)

Controle por atributo

Lei 4.320/1964

Art. 62 O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua **regular liquidação**.

Art. 63 A liquidação da despesa consiste na **verificação do direito adquirido pelo credor** tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

BÁSICOS

a origem e o objeto do que se deve pagar; ✓

a importância exata a pagar; ✓

a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação. ✓

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

o contrato, ajuste ou acordo respectivo; ✓

a nota de empenho ✓

os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço. ✓



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

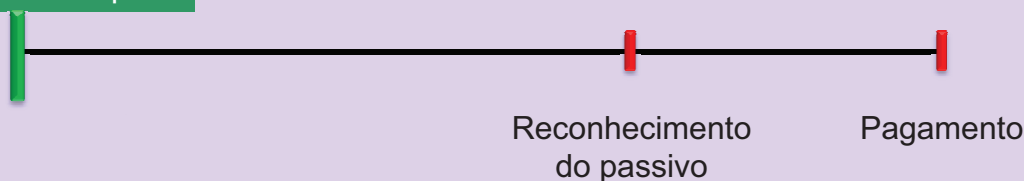
Execução Orçamentária e Patrimonial

D 2.1.3 Fornecedores (F)
C 1.1.1 Caixa e equivalente caixa (F)
D 2.1.3 Fornecedores (F)

Contabilidade patrimonial – “Classes 1, 2, 3 e 4”

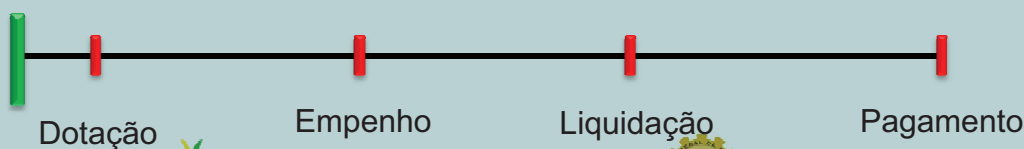
Reconhecimento do passivo na liquidação

Execução da despesa



D 6.2.2 Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
C 6.2.2 Crédito Empenhado Pago
D 6.2.2 Crédito Empenhado a liquidar
C 6.2.2 Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Contabilidade orçamentária – “Classe 5 e 6”



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

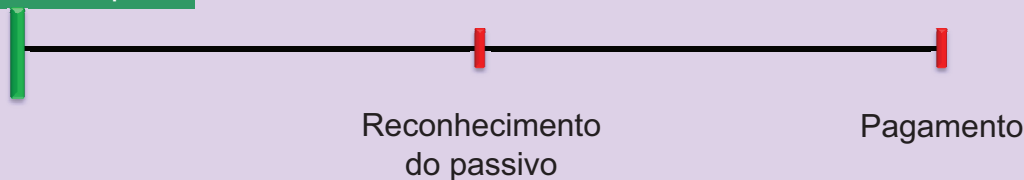
Execução Orçamentária e Patrimonial

D 1.2.3 Ativo Imobilizado
C 2.1.3 Fornecedores (F)

Contabilidade patrimonial – “Classes 1, 2, 3 e 4”

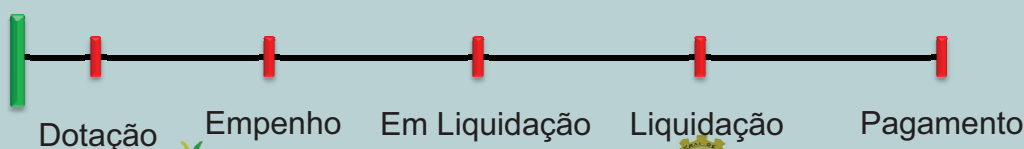
Reconhecimento do passivo depois do empenho e antes da liquidação
Ex: Recebimento provisório de materiais

Execução da despesa



D 6.2.2 Crédito Empenhado em Liquidação
C 6.2.2 Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Contabilidade orçamentária – “Classe 5 e 6”



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Execução Orçamentária e Patrimonial

Contabilidade patrimonial – “Classes 1, 2, 3 e 4”

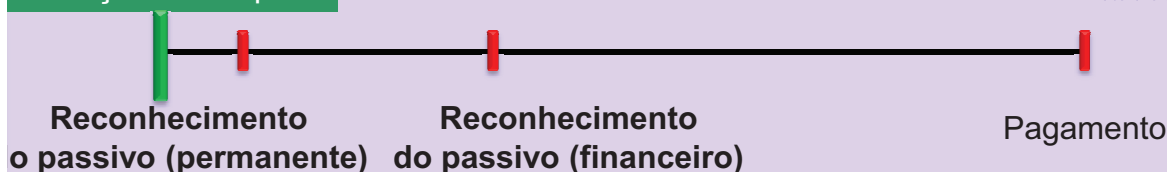
D 3.3.2 Variação Patrimonial
C 2.1.3 Precatórios (P)

D 2.1.3 Precatórios (P)
C 2.1.3 Precatórios (F)

D 2.1.3 Precatórios (F)
C 1.1.1 Caixa e equivalente caixa (F)

Reconhecimento do passivo “Sem suporte orçamentário”
Ex: Precatórios

Execução da despesa



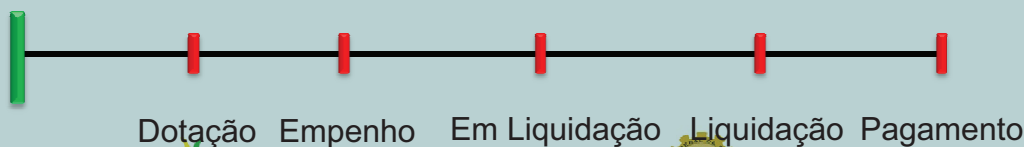
D 5.2.2 Dotação Adicional
C 6.2.2 Crédito Orçamentário Disponível

D 6.2.2 Crédito Orçamentário Disponível
C 6.2.2 Crédito Empenhado a Liquidar

D 6.2.2 Crédito
C 6.2.2 Crédito

D 6.2.2 Crédito Empenhado
C 6.2.2 Crédito Empenhado

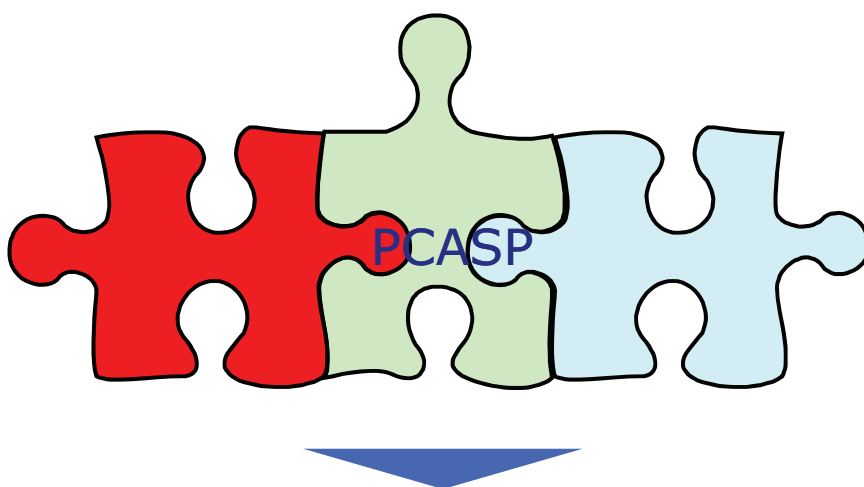
D 6.2.2 Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
C 6.2.2 Crédito Empenhado Pago



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

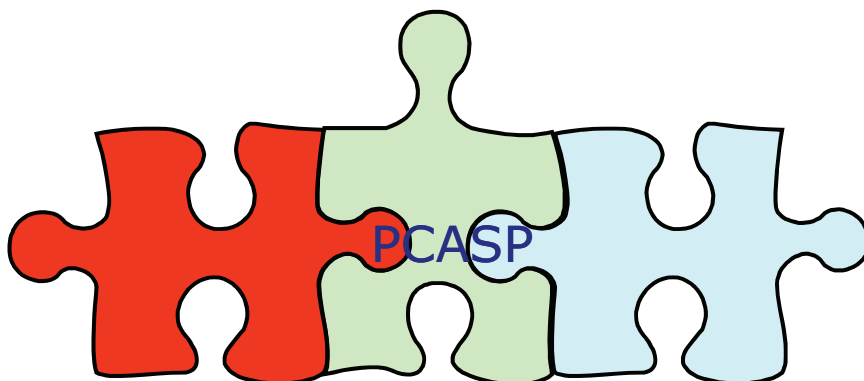
ESTRUTURA DO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO

Componentes do Plano de Contas



Informações Gerenciais

Componentes do Plano de Contas



**Relação de
Contas**

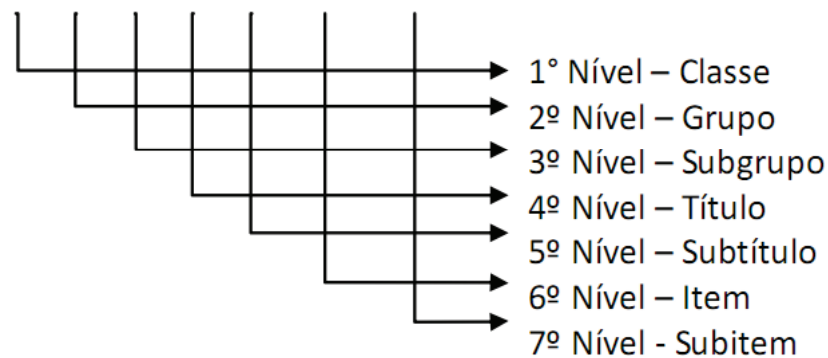
Atributos
Contábeis

Lançamentos
Padronizados

Relação de Contas – Estrutura

O Plano de Contas Aplicado ao Setor público está estruturado por níveis de desdobramento, sendo estes classificados e codificados como segue:

X . X . X . X . X . XX . XX



OBS: Os Planos de contas podem ter mais níveis que os acima apresentados.

1º nível – classe

2º nível – grupo

3º nível - subgrupo

1 – ATIVO	Classe	PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1.1 Ativo Circulante	Grupo	2.1 Passivo Circulante
1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	Sub-Grupo	2.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo
1.1.2 Créditos a Curto Prazo		2.1.2 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo
1.1.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		2.1.3 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
1.1.4 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		2.1.4 Obrigações Fiscais a Curto Prazo
1.1.5 Estoques		2.1.5 Obrigações de Repartição a Outros Entes
1.1.9 VPD Pagas Antecipadamente		2.1.7 Provisões a Curto Prazo
		2.1.8 Demais Obrigações a Curto Prazo



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Relação de Contas

1 – ATIVO	2 – PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1.1 Ativo Circulante 1.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa 1.1.2 Créditos de Curto Prazo 1.1.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo 1.1.4 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo 1.1.5 Estoques 1.1.9 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	2.1 Passivo Circulante 2.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a CP 2.1.2 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo 2.1.3 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo 2.1.4 Obrigações Fiscais a Curto Prazo 2.1.5 Obrigações de Repartição a Outros Entes 2.1.7 Provisões a Curto Prazo 2.1.8 Demais Obrigações a Curto Prazo
1.2 – Ativo Não Circulante 1.2.1 Ativo Realizável a Longo Prazo 1.2.2 Investimentos 1.2.3 Imobilizado 1.2.4 Intangível	2.2 Passivo Não-Circulante 2.2.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de LP 2.2.2 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo 2.2.3 Fornecedores a Longo Prazo 2.2.4 Obrigações Fiscais a Longo Prazo 2.2.7 Provisões a Longo Prazo 2.2.8 Demais Obrigações a Longo Prazo 2.2.9 Resultado diferido
	2.3 Patrimônio Líquido 2.3.1 Patrimônio Social e Capital Social 2.3.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital 2.3.3 Reservas de Capital 2.3.4 Ajustes de Avaliação Patrimonial 2.3.5 Reservas de Lucros 2.3.6 Demais Reservas 2.3.7 Resultados Acumulados 2.3.9 (-) Ações / Cotas em tesouraria



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Relação de Contas

3 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

3.1 Pessoal e Encargos

3.2 Benefícios Previdenciários e Assistenciais

3.3 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

3.4 VPDs Financeiras

3.5 Transferências Concedidas

3.6 Desvalorização e Perda de Ativos

3.7 Tributárias

3.9 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

4.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

4.2 Contribuições

4.3 Exploração e venda de bens, serviços e direitos

4.4 VPAs Financeiras

4.5 Transferências Recebidas

4.6 Valorização e ganhos com ativos

4.9 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Relação de Contas

5. CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

5.1 Planejamento Aprovado

5.1.1 PPA Aprovado

5.1.2 Projeto da Lei Orçamentária Anual

5.2 Orçamento Aprovado

5.2.1 Previsão da Receita

5.2.2 Fixação da Despesa

5.3 Inscrição de Restos a Pagar

5.3.1 Inscrição RP Não Processados

5.3.2 Inscrição de RP Processados

6. CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

6.1 Execução do Planejamento

6.1.1 Execução do PPA

6.1.2 Execução do PLOA

6.2 Execução do Orçamento

6.2.1 Execução da Receita

6.2.2 Execução da Despesa

6.3 Execução de Restos a Pagar

6.3.1 Execução de RP não processados

6.3.2 Execução de RP processados



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Relação de Contas

7 – CONTROLES DEVEDORES

7.1 Atos Potenciais

7.1.1 Atos potenciais Ativos

7.1.2 Atos potenciais Passivos

7.2 Administração Financeira

7.2.1 Disponibilidades por Destinação

7.2.2 Programação Financeira

7.2.3 Inscrição no Limite Orçamentário

7.2.4 Controles da Arrecadação

7.3 Dívida Ativa

7.4 Riscos Fiscais

7.8 Custos

7.9 Outros Controles

8 – CONTROLES CREDORES

8.1 Execução dos Atos Potenciais

8.1.1 Execução dos Atos potenciais Ativos

8.1.2 Execução dos Atos potenciais Passivos

8.2 Execução da Administração Financeira

8.2.1 Execução das Disponibilidades por Destinação

8.2.2 Execução da Programação Financeira

8.2.3 Execução do Limite Orçamentário

8.2.4 Controles da Arrecadação

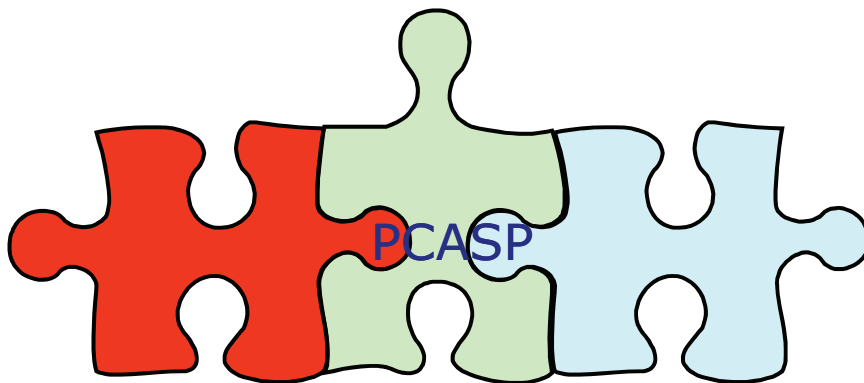
8.3 Execução da Dívida Ativa

8.4 Execução dos Riscos Fiscais

8.8 Apuração de Custos

8.9 Outros Controles

Componentes do Plano de Contas

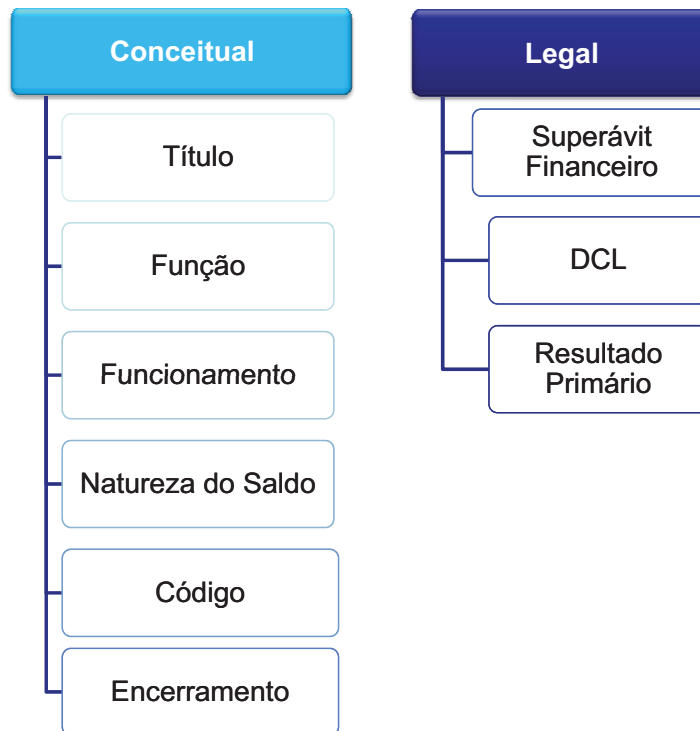


Relação de
Contas

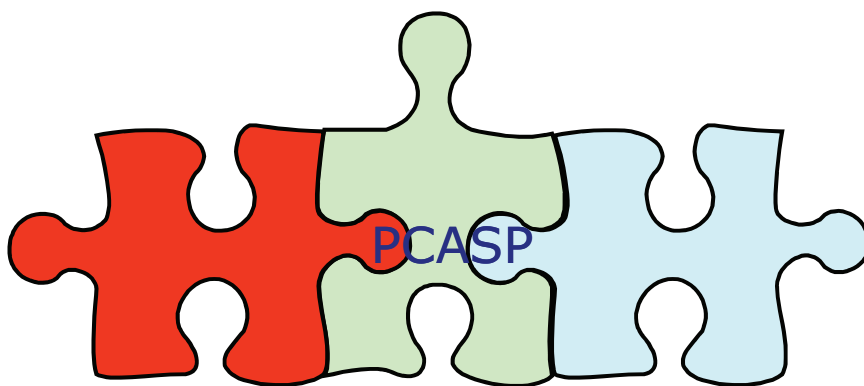
**Atributos
Contábeis**

Lançamentos
Padronizados

Classificação dos Atributos



Componentes do Plano de Contas



Relação de
Contas

Atributos
Contábeis

**Lançamentos
Padronizados**

Lançamentos Contábeis Típicos da Administração Pública - PCASP

Previsão da Receita Orçamentária

D 5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita

C 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

1 – Ativo

2 - Passivo

3 – Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variações Patrimoniais Aumentativas

5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

5.1 Planejamento Aprovado

5.2 Orçamento Aprovado

5.2.1 Previsão da Receita

Previsão Inicial da Receita Orçamentária



6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

6.1 Execução do Planejamento

6.2 Execução do Orçamento

6.2.1 Execução da Receita

Receita Orçamentária a Realizar



7 – Controles Devedores

8 – Controles Credores

Fixação da Despesa Orçamentária

D 5.2.2.1.x .xx.xx Dotação Orçamentária Inicial

C 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

1 – Ativo

2 - Passivo

3 – Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variações Patrimoniais Aumentativas

5. Controles da Aprovação do planejamento e Orçamento

5.1 Planejamento Aprovado

5.2 Orçamento Aprovado

5.2.2 Fixação da Despesa

Despesa Orçamentária Fixada



6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

6.1 Execução do Planejamento

6.2 Execução do Orçamento

6.2.2 Execução da Despesa

Crédito Orçamentário Disponível



7 – Controles Devedores

8 – Controles Credores



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Reconhecimento do Crédito Tributário – Lançamento

D 1.1.2.2.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)

C 4.1.1.x.x.xx.xx Variação Patrimonial Aumentativa – Impostos

1 – Ativo

1.1 Ativo Circulante

1.1.2 Créditos de Curto Prazo Decorrentes do Objeto Principal



1.1.2.2 Créditos Tributários a Receber (P)

2 - Passivo

3 – Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variações Patrimoniais Aumentativas

4.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

4.1.1 Impostos



...

5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

7 – Controles Devedores

8 – Controles Credores



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Arrecadação de Tributos – Posterior ao Fato Gerador

D 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalente de Caixa(F)

C 1.1.2.2.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos

C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Arrecadação de Tributos – Posterior ao Fato Gerador

1 – Ativo

1.1 Ativo Circulante

1.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Bancos

1.1.2 Créditos de Curto Prazo

Créditos Tributários a Receber (P)

D

C

2 - Passivo

3 – Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variações Patrimoniais Aumentativas

5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

6.2 Execução do Orçamento

6.2.1 Realização da Receita

Receita a Realizar

Receita Realizada

D

C

7 – Controles Devedores

7.2.1 Controle da Disponibilidade de Recursos

D

8 – Controles Credores

8.2.1 Disponibilidade por Destinação de Recursos

C



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Arrecadação de Tributos – Concomitante ao Fato Gerador

D 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalente de Caixa (F)

C 4.1.1.3.xx.xx Variação Patrimonial Aumentativa – Impostos sobre a produção e a circulação – ICMS

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

D 7.2.1.1.x.xx.xx Disponibilidade de Recursos

C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Arrecadação de Tributos – Concomitante ao Fato Gerador

1 – Ativo

1.1 Ativo Circulante

1.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa



2 – Passivo

3 – Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variações Patrimoniais Aumentativas

4.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria



4.1.1 Impostos Sobre a Produção e Circulação - ICMS

5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

6.2 Execução do Orçamento

6.2.1 Realização da Receita

Receita a Realizar

Receita Realizada



7 – Controles Devedores

7.2.1 Disponibilidade de Recursos



8 – Controles Credores

8.2.1 Disponibilidade por Destinação de Recursos



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Realização de Operação de Crédito

D 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalente de Caixa (F)

C 2.1.2.x.xx.xx Empréstimos e Financiamentos (P)

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

D 7.2.1.1.x.xx.xx Disponibilidade de Recursos

C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Realização de Operação de Crédito

1 – Ativo

1.1 Ativo Circulante

1.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa
Bancos



...

2 – Passivo

...

2.1 Passivo Circulante

2.1.2 Empréstimos e Financiamentos de
Curto Prazo(P)
Operações de Crédito



...

3 – Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variações Patrimoniais Aumentativas

5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

6.2 Execução do Orçamento

6.2.1 Realização da Receita

Receita a Realizar
Receita Realizada



7 – Controles Devedores

7.2.1 Disponibilidade de Recursos



8 – Controles Credores

8.2.1 Disponibilidade por Destinação de Recursos



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Contratação de Serviços – Registro do Contrato

D 7.1.2.3.x.xx.xx Obrigações contratuais

C 8.1.2.3.x.xx.xx Execução de obrigações contratuais

1 – Ativo	2 - Passivo
3 – Variações Patrimoniais Diminutivas	4 – Variações Patrimoniais Aumentativas
5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
7 – Controles Devedores 7.1.2 Atos Potenciais Passivos 7.1.2 Obrigações Contratuais Obrigações contratuais D	8 – Controles Credores 8.1.2 Execução dos atos potenciais Passivos 8.1.2 Obrigações Contratuais Execução de obrigações contratuais C



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Contratação de Serviços – Empenho

D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos

C 8.2.1.1.2.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por empenho



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Contratação de Serviços – Empenho

1 – Ativo	2 - Passivo
3 – Variações Patrimoniais Diminutivas	4 – Variações Patrimoniais Aumentativas
5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento 6.2 Execução do Orçamento 6.2.2 Execução da Despesa Crédito Disponível Crédito Empenhado a Liquidar
7 – Controles Devedores 7.1.2 Atos Potenciais Passivos	8 – Controles Credores 8.1.2 Execução dos atos potenciais do passivo 8.2.2 Execução das Disponibilidades por Destinação Disponibilidade por Destinação de Recursos Disponibilidade por DR Comprometida por Empenho



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Contratação de Serviços – Liquidação e Nota Fiscal

D 3.3.2.x.x.xx Variação Patrimonial Diminutiva – Serviços

C 2.1.3.1.x.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo(F)

D 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

D 8.1.2.3.x.xx Execução de obrigações contratuais

C 8.1.2.3.x.xx Execução de obrigações contratuais - Executadas

D 8.2.1.1.2.xx Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por empenho

C 8.2.1.1.3.xx Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por liquidação e entradas compensatórias



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Contratação de Serviços – Liquidação e Nota Fiscal

1 – Ativo

2 – Passivo

2.1 Passivo Circulante

2.1.3 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo(F)

C

3 – Variações Patrimoniais Diminutivas

3.3 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Serviços

D

4 – Variações Patrimoniais Aumentativas

5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

5.2 Orçamento Aprovado

5.2.2 Fixação da Despesa

6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

6.2 Execução do Orçamento

6.2.2 Execução da Despesa

Crédito Empenhado a Liquidar

Crédito Empenhado Liquidado

D

C

7 – Controles Devedores

7.2.2 Disponibilidades por Destinação

8 – Controles Credores

8.1.2 Obrigações Contratuais

Contratos de Serviços a Executar

Contratos de Serviços Executados

D

C

8.2.2 Execução da Disponibilidade por Destinação

DDR Comprometida por empenho

DDR Comprometida por liquidação

D

C



Contratação de Serviços – Pagamento

D 2.1.3.1.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo(F)

C 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalente de Caixa (F)

D 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

C 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Pago

D 8.2.1.1.3.xx.xx Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por liquidação e entradas compensatórias

C 8.2.1.1.4.xx.xx Disponibilidade por destinação de recursos utilizada



Contratação de Serviços – Pagamento

1 – Ativo

1.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa
Bancos



2 – Passivo

2.1.3 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo(F)



3 – Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variações Patrimoniais Aumentativas

5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

5.2 Orçamento Aprovado
5.2.2 Fixação da Despesa

6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

6.2 Execução do Orçamento

6.2.2 Execução da Despesa

Crédito Empenhado Liquidado

Crédito Liquidado Pago



7 – Controles Devedores

7.2.2 Disponibilidade por Destinação

8 – Controles Credores

8.2.2 Execução da Disponibilidade por Destinação

Disponib. DR Comprometida

Disponib. por DR Utilizada



Aquisição de Veículos – Empenho

D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos

C 8.2.1.1.2.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por empenho



Aquisição de Veículos – Empenho

1 – Ativo

2 – Passivo

3 – Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variações Patrimoniais Aumentativas

5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

5.2 Orçamento Aprovado

5.2.2 Fixação da Despesa

6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

6.2 Execução do Orçamento

6.2.2 Execução da Despesa

Crédito Disponível

Crédito Empenhado a Liquidar



7 – Controles Devedores

7.2.1 Disponibilidades por Destinação

8 – Controles Credores

8.2.1 Execução das Disponibilidades por Destinação

Disponibilidade por DR

Disponib. por DR Comprometida por empenho



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Aquisição de Veículos – Liquidação = Nota Fiscal

D 1.2.3.1.x.xx.xx Imobilizado - Veículos(P)

C 2.1.3.1.x.xx.xx Fornecedores e Contas a pagar de Curto Prazo (F)

D 6.2.2.1.3.01.xx Crédito empenhado a liquidar

C 6.2.2.1.3.02.xx Crédito empenhado em liquidação

D 8.2.1.1.2.xx.xx Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por empenho

C 8.2.1.1.3.xx.xx Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por liquidação e entradas compensatórias



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Aquisição de Veículos – Liquidação com Nota Fiscal

1 – Ativo

...
1.2.3 Imobilizado
Imobilizado



2 – Passivo

2.1 Passivo Circulante

2.1.3 Contas a Pagar de Custo
Prazo(F)



3 – Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variações Patrimoniais Aumentativas

5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

5.2 Orçamento Aprovado
5.2.2 Fixação da Despesa

6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

6.2 Execução do Orçamento
6.2.2 Execução da Despesa

Crédito Empenhado a Liquidar
Crédito Empenhado Liquidado



7 – Controles Devedores

7.2.2 Disponibilidades por Destinação

8 – Controles Credores

8.2.2 Execução da Disponibilidade por Destina
DDR Comprometida por empenho
DDR Comprometida por liquidação



CONSOLIDAÇÃO

Consolidação – uso das contas INTER, INTRA e CONSOLIDAÇÃO

MCASP, parte V, página 59:

“... a estrutura do plano de contas foi pensada para identificar as contas segregando os valores gerados a partir de transações extra, intra e inter Orçamento Fiscal da Seguridade Social (OFSS), ou seja, se uma transação de compra e venda de mercadorias, por exemplo ocorre entre unidades da mesma esfera de governo, pertencentes ao OFSS, o registro contábil evidenciará este fato, demonstrando por meio do código da conta contábil que o valor resultou de uma operação intragovernamental, tanto na unidade fornecedora, quanto na unidade credora. Tal mecanismo possibilitará a exclusão dos saldos recíprocos quando ocorrer a consolidação contábil.”



Consolidação – uso das contas INTER, INTRA e CONSOLIDAÇÃO

Funcionalidade:

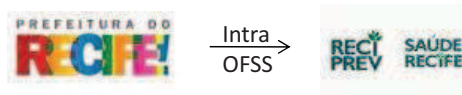
•**CONSOLIDAÇÃO**- Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).

Ex: Município de São Paulo pagando conta telefônica da Tim



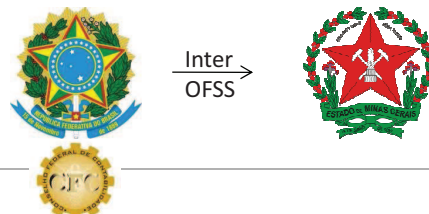
•**Intra OFSS** - Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) do mesmo ente.

Ex: Estado pagando obrigação patronal ao seu RPPS



•**Inter OFSS** - Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de entes públicos distintos, identificando as relações com a União, os Estados ou Municípios.

Ex: União reconhecendo obrigação de repartição de créditos tributários com o estado de Minas Gerais.



Consolidação – uso das contas INTER, INTRA e CONSOLIDAÇÃO

1. Desdobramento das contas INTER OFSS de forma a possibilitar a identificação do outro ente envolvido na transação.

Alteração das contas INTER OFSS no quinto nível:

x.x.x.x.3.xx.xx Inter OFSS – União

x.x.x.x.4.xx.xx Inter OFSS – Estados

x.x.x.x.5.xx.xx Inter OFSS – Municípios

Nova estrutura das contas de consolidação

x.x.x.x.1.00.00	CONSOLIDAÇÃO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).
x.x.x.x.2.00.00	INTRA OFSS	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.
x.x.x.x.3.00.00	INTER-OFSS – UNIÃO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União.
x.x.x.x.4.00.00	INTER-OFSS – ESTADO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um estado.
x.x.x.x.5.00.00	INTER-OFSS – MUNICÍPIO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.



Consolidação – uso das contas INTER, INTRA e CONSOLIDAÇÃO

2. Enxugamento do detalhamento em INTER e INTRA OFSS apenas para as contas que são relevantes para fins de consolidação.

Inter: Transferências, dívidas, juros e contribuições sociais.

Intra: Transferências e contribuições sociais.

O MCASP detalhará apenas as contas intra e inter com os critérios acima, facultando aos entes criarem novas de acordo com as suas necessidades, como por exemplo:

1.1.2.1.0.00.00	CLIENTES	Compreende os valores das faturas/duplicatas a receber decorrentes das vendas a prazo de mercadorias ou serviços que ocorram no curso normal das operações da entidade, representando um direito a cobrar de seus clientes.
2.1.3.1.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	Compreende as obrigações junto a fornecedores nacionais de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar com vencimento até o término do exercício seguinte.
3.7.1.0.0.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às obrigações relativas às prestações pecuniárias compulsórias, em moeda ou cujo valor nela possa se exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade vinculada. Como: impostos, taxas e contribuições de melhoria
4.1.0.0.0.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Como: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Nova Estrutura para Consolidação – uso das contas INTER

x.x.x.x.1.00.00	CONSOLIDAÇÃO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).	
x.x.x.x.2.00.00	INTRA OFSS	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da	
	Consolidação	Inclusões (contas de 5º nível)	Exclusões (contas de 5º nível)
x.x.x.x.x	Individual (De cada ente)	1 (Consolidação) e 3/4/5 (Inter-OFSS)	2 (Intra-OFSS)
x.x.x.x.x	Nacional (BSPN), realizada pelo Poder Executivo da União	1 (Consolidação)	2 (Intra-OFSS) e 3/4/5 (Inter-OFSS)
		resultantes das transações entre o ente e um estado.	
x.x.x.x.5.00.00	INTER-OFSS – MUNICÍPIO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos , resultantes das transações entre o ente e um município.	



Consolidação – uso das contas INTER, INTRA e CONSOLIDAÇÃO

Exemplo 1: CONSOLIDAÇÃO – Governo do Estado do Piauí liquida despesa de serviços de consultoria junto à FGV.



D: 3.3.2.3.1.00.00 – VPD – SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ – CONSOLIDAÇÃO

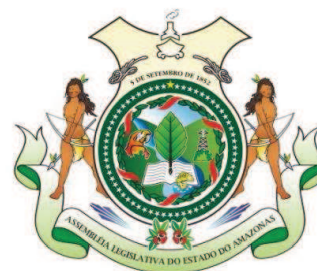
C: 2.1.3.1.1.00.00 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO

NÃO FAZ USO DO PCASP



Consolidação – uso das contas INTER, INTRA e CONSOLIDAÇÃO

Exemplo 2 : INTRA - Estado do Amazonas efetuando transferências para a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.



D: 3.5.1.1.2.00.00 – VPD – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – **INTRAOFSS**

C: 1.1.1.1.2.00.00 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL – INTRA OFSS

D: 1.1.1.1.2.00.00 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL – INTRA OFSS

C: 4.5.1.1.2.00.00 – VPA – TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – **INTRAOFSS**



Consolidação – uso das contas INTER, INTRA e CONSOLIDAÇÃO

Exemplo 3: INTER – Governo do Estado do Mato Grosso efetua transferências da cota-parte de IPVA para o município de Cuiabá.



D: 3.5.2.1.5.00.00 – VPD – TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – **INTEROFSS – MUNICÍPIO**

C: 1.1.1.1.1.00.00 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL – CONSOLIDAÇÃO

D: 1.1.1.1.1.00.00 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL – CONSOLIDAÇÃO

C: 4.5.2.1.4.00.00 – VPA TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – **INTER OFSS – ESTADO**



Consolidação – uso das contas INTER, INTRA e CONSOLIDAÇÃO

Exemplo 4: INTER - Município de São Paulo/SP efetuando a liquidação de serviços educacionais contratados da Escola de Governo do Estado de São Paulo (EGAP/FUNDAP).



**PREFEITURA DA CIDADE DE
SÃO PAULO**

EgapFundap

Escola de Governo e Administração Pública

D: 3.3.2.3.4.00.00 – VPD – SERVIÇOS TERCEIROS - PJ – **ESTADO**

C: 2.1.3.2.4.00.00 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO – INTEROFSS – ESTADO

D: 1.1.2.1.5.00.00 – CLIENTES – INTEROFSS

C: 4.3.3.1.5.00.00 – VPA – VENDA BRUTA DE PRODUTOS – INTEROFSS – **MUNICÍPIO**



Uso das contas EXTRA, INTER E INTRA OFSS

Exemplo 5: INTER – Escola de Administração Fazendária (ESAF/União) efetuando a liquidação de serviços de consultoria contratados da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ/RJ).



D: 3.3.2.3.4.00.00 – VPD – SERVIÇOS TERCEIROS - PJ – **INTEROFSS – ESTADO**

C: 2.1.3.2.4.00.00 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO – INTEROFSS – ESTADO



D: 1.1.2.1.3.00.00 – CLIENTES – INTEROFSS

C: 4.3.3.1.3.00.00 – VPA – VENDA BRUTA DE PRODUTOS – **INTEROFSS – UNIÃO**



EXERCÍCIOS

Exercícios

QUESTÃO 01 Abaixo, um contador de uma autarquia se depara com uma relação de contas representativas dos fenômenos e operações típicas de um ente público (município, estado ou união). A sua tarefa é organizá-la em classes conforme o Plano de Contas aplicado ao Setor Público. Mãos a obra:

CONTA	CLASSE	CONTA	CLASSE
Fixação da Despesa Intangível		Apuração de Custos	
Ajustes de Avaliação Patrimonial		Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	
Execução de RP não processados		Receita Orçamentária Realizada	
VPD – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Pensões		Provisões a Curto Prazo	
Crédito Empenhado Liquidado a Pagar		Reservas de Capital	
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		VPA – Transferências Governamentais	
		Controle da Inscrição de Créditos em Dívida Ativa	

QUESTÃO 01 (continuação)

CONTA	CLASSE	CONTA	CLASSE
Disponibilidades por Destinação		Reavaliação de Ativos	
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		Consumo de Material	
Execução dos riscos fiscais		Controles da Arrecadação	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		Resultado diferido	
Obrigações fiscais a curto prazo		Reservas de Lucros	
Encargos Patronais		Remuneração a Pessoal	
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos obtidos		Prêmio de Seguros a Apropriar (VPD paga antecipadamente)	

QUESTÃO 02 () No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as informações de Natureza Patrimonial estão contidas nas contas das seguintes Classes: 1- Ativo, 2- Passivo, 3- Patrimônio Líquido, 4- Variação Patrimonial Diminutiva e 5- Variação Patrimonial Aumentativa.

QUESTÃO 03 () A Teoria Contábil, como qualquer ciência, evolui com o passar do tempo. Por esse motivo, a Lei 4.320/64 já não atende, em todos os seus aspectos, a necessidade contábil existente em pleno século XXI. Dessa maneira, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público foi inspirado principalmente nas normas internacionais e nas melhores práticas contábeis e não nos moldes da Lei 4.320/64. Um exemplo dessa flexibilização da Lei é a supressão do controle do que é ativo financeiro e ativo permanente e do que é passivo financeiro e passivo permanente no novo Plano de Contas.

QUESTÃO 04 () As contas de natureza de informação de controle contém informações típicas de controle como Atos Potenciais, Programação Financeira, Controle de execução orçamentária e Custos.

QUESTÃO 05 () Os Componentes do Plano de Contas são: Relação de Contas, Atributos Contábeis e Lançamentos Contábeis Padronizados.

QUESTÃO 06 () No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as contas de natureza de informação patrimonial contém contas patrimoniais e de resultado.

QUESTÃO 07 () O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público é padronizado para toda a Federação Brasileira, mas permite que aspectos específicos dos Entes Federados sejam observados na medida em que estes podem desdobrar as contas conforme suas necessidades a partir do nível de padronização.



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

QUESTÃO 08 Assinale a opção que contém a correta contabilização dos seguintes fatos contábeis:

- 1 – Recebimento de Material Permanente cuja despesa de aquisição fora previamente empenhada (13/Out);
- 2 – Liquidação da Despesa com Material Permanente (22/Nov);
- 3 – Pagamento da Despesa com Material Permanente (25/Nov).

A ()	13/10	D – ATIVO – Imobilizado (P) C – PASSIVO – Fornecedores a Pagar (F) D – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Créd. Empenhado a Liquidar C – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado em Liquidação
	22/11	D – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Créd. Empenhado em Liquidação C – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado Liquidado D – CONTROLES DEVEDORES – DDR Comprometida por Empenho C – CONTROLES CREDITORES – DDR Comprometida por liquidação e entradas comp.
	25/11	D – PASSIVO – Fornecedores a Pagar (F) C – ATIVO – Caixa e Equivalentes de Caixa (F) D – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado Liquidado C – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado Liquidado Pago D – CONTROLES DEVEDORES – DDR Comprometida por liquidação e entradas comp. C – CONTROLES CREDITORES – DDR Utilizada



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Exercícios

B ()	22/11	D – ATIVO – Imobilizado (P) C – PASSIVO – Fornecedores a Pagar (F) D – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Créd. Empenhado a Liquidar C – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado Liquidado
	25/11	D – PASSIVO – Fornecedores a Pagar (F) C – ATIVO – Caixa e Equivalentes de Caixa (F) D – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado Liquidado C – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado Liquidado Pago D – CONTROLES DEVEDORES – DDR Comprometida C – CONTROLES CREDITORES – DDR Utilizada
C ()	22/11	D – ATIVO – Imobilizado (P) C – PASSIVO – Fornecedores a Pagar (F) D – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Créd. Empenhado a Liquidar C – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado Liquidado D – CONTROLES DEVEDORES – DDR C – CONTROLES CREDITORES – DDR Comprometida
	25/11	D – PASSIVO – Fornecedores a Pagar (F) C – ATIVO – Caixa e Equivalentes de Caixa (F) D – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado Liquidado C – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado Liquidado Pago D – CONTROLES DEVEDORES – DDR Comprometida C – CONTROLES CREDITORES – DDR Utilizada



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Exercícios

D ()	25/11	D – ATIVO – Imobilizado (P) C – PASSIVO – Fornecedores a Pagar (F) D – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Créd. Empenhado a Liquidar C – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado Liquidado D – CONTROLES DEVEDORES – DDR C – CONTROLES CREDITORES – DDR Comprometida D – PASSIVO – Fornecedores a Pagar (F) C – ATIVO – Caixa e Equivalentes de Caixa (F) D – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado Liquidado C – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado Liquidado Pago D – CONTROLES DEVEDORES – DDR Comprometida C – CONTROLES CREDITORES – DDR Utilizada
E ()	13/10	D – ATIVO – Imobilizado (P) C – PASSIVO – Fornecedores a Pagar (F)
	22/11	D – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Créd. Empenhado a Liquidar C – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado Liquidado D – CONTROLES DEVEDORES – DDR C – CONTROLES CREDITORES – DDR Comprometida
	25/11	D – PASSIVO – Fornecedores a Pagar (F) C – ATIVO – Caixa e Equivalentes de Caixa (F) D – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado Liquidado C – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – Crédito Empenhado Liquidado Pago D – CONTROLES DEVEDORES – DDR Comprometida C – CONTROLES CREDITORES – DDR Utilizada



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

QUESTÃO 09 Correlacione os fatos contábeis explicitados na coluna da esquerda aos lançamentos da coluna da direita.

1. Arrecadação da receita de Impostos	A Débito em Empréstimos a Pagar (Passivo) Crédito em Empréstimos a Pagar (Passivo)
2. Recebimento de material de consumo	B Débito em Receita a Realizar (Ex. do Orçam) Crédito em Receita Realizada (Ex. do Orçam).
3. Reconhecimento da receita de impostos (lançamento)	C Débito em Direito a Receber (Ativo) Crédito em Receita de Impostos (VPA).
4. Empenho da despesa com Amortização de Operação de Crédito	D Débito em Crédito Emp. a Liquidar (Ex. do Orçam) Crédito em Crédito Emp. Liquidado (Ex. do Orçam).
5. Liquidação da Despesa com Material de Consumo	E Débito em Estoque de Material de Cons. (Ativo) Crédito em Fornecedores a Pagar (Passivo)

1.

2.

3.

4.

5.



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

QUESTÃO 10 Indique as Naturezas de Informação (Orçamentária, Patrimonial, Controle), as classes das contas envolvidas (1- Ativo; 2 – Passivo; 3 – VPD; 4 – VPA; 5 – CAPO; 6 – CEPO; 7 – CD e 8 – CC) e as naturezas do movimento (D- Débito; C- Crédito), que sejam de registro obrigatório, nos seguintes atos e fatos contábeis de acordo com a estrutura do PCASP:

ATO/FATO	ORÇAMENTO		PATRIMÔNIO		CONTROLE	
	D	C	D	C	D	C
1. Previsão da Receita Orçamentária						
2. Fixação da Despesa Orçamentária						
3. Reconhecimento do crédito tributário de impostos						
4. Arrecadação de Impostos - Receita Orçamentária posterior ao fato gerador do Imposto que foi reconhecido no lançamento						
5. Arrecadação de Impostos - concomitante com o fato gerador						
6. Ingresso de Operação de Crédito Externa						



Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

Exercícios

ATO/FATO	ORÇAMENTO		PATRIMÔNIO		CONTROLE	
	D	C	D	C	D	C
7. Empenho da despesa de serviços de terceiros - pessoa física						
8. Registro do contrato de serviços (7)						
9. Entrega da NF e Liquidação da Despesa Orçamentária, vinculada a contrato da despesa empenhada anteriormente (7)						
10. Pagamento da Despesa Orçamentária (8)						
11. Empenho para a aquisição de veículos						
12. Liquidação da Despesa Orçamentária e Incorporação do Bem (11)						
13. Reconhecimento da depreciação do veículo (12)						
14. Recebimento de depósito de caução						
15. Entrega de NF referente à serviço de energia elétrica sem que tenha sido previamente empenhada a despesa.						



Equipe Técnica

Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Contabilidade Pública
Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação

Subsecretário de Contabilidade Pública
Gilvan da Silva Dantas

Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
Paulo Henrique Feijó da Silva

Gerente de Normas e Procedimentos Contábeis
Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Equipe Técnica
Antonio Firmino da Silva Neto
Arthur Lucas G. Sousa
Bruno Ramos Mangualde
Flávia Ferreira de Moura
Henrique Ferreira Souza

